

CAPÍTULO 10

A PRÁTICA TRADUTÓRIA A PARTIR DAS NOÇÕES DE GÊNERO E REGISTRO

Lucia ROTTAVA

Larissa Schmitz HAINZENREDER

INTRODUÇÃO

Quando Michael Halliday esboçou seu modelo sistêmico-funcional da linguagem, não pensava contribuir para uma teoria da tradução; mesmo nas descrições gramaticais do modelo, o linguista não reserva lugar especial a esse processo tão particular de produção de texto que é a prática tradutória. Contudo, imaginar que Halliday não se ocupou da tradução é cair em equívoco. Mesmo antes de publicar os princípios basilares do que hoje temos por Linguística Sistêmico-Funcional (doravante LSF), entre meados da década de 50 e início da década de 60, o autor tratou de refletir sobre os problemas da tradução automática (TA). Em seus estudos, Halliday (1956/1962) defende que a TA deve ser investigada por um viés linguístico por envolver comparação e descrição sistemática entre línguas. Segundo o autor, a TA consiste, em si, um problema de linguística aplicada.

Nesses trabalhos, Halliday pouco considerou o processo de formação de sentido resultante da prática tradutória como um fato social; a TA implicava, antes, a aplicação de um método de análise dentro dos moldes da linguística comparativa e descritiva. Não é senão no início da década de 90 – com a publicação do texto *Language theory and Translation practice* (1992) – que Halliday atenta para o problema das teorias de tradução vigentes na época. Nesse texto, o autor afirma que é preciso compreender que o tradutor instaura uma teoria do traduzir voltada para os métodos de tradução de modo a requerer uma normatização pela qual se possa avaliar o trabalho do tradutor; trata-se, pois, de delimitar maneiras de se atingir uma boa tradução. Já à linguística cabe ocupar-se do jogo que se estabelece quando se traduz; trata-se, nesse sentido, de descrever e explicar o que acontece no processo tradutório. Segundo o autor, não é o caso de

definir uma teoria da equivalência semântica entre as línguas, mas, antes, uma teoria do contexto tradutório. Nesse momento, Halliday relaciona as escolhas do tradutor às já conhecidas metafunções da linguagem descritas em seus trabalhos anteriores. Segundo o autor, “se o significado é uma função contextual, como Firth costumava dizer, então equivalência de significado é o mesmo que equivalência de função contextual” (HALLIDAY, 1992, p. 16).¹

É na relevância que Halliday cede à noção de contexto para o estudo da tradução que este estudo se assenta. O processo tradutório, à medida que produz textos, também se configura como discurso, isto é, uma troca social de sentidos. A tradução responde àquilo que se conhece por retextualização (TRAVAGLIA, 2003) e, logo, caracteriza, também, uma recontextualização à medida que texto e contexto são inseparáveis. Isso significa dizer que o texto da tradução movimenta outros padrões semânticos associados a outro *contexto de situação* (FIRTH, 1935; HALLIDAY, 1978) diferente daquele sob o qual se estabelece o texto-fonte. Em parte, isso se dá por uma forte imposição do fator cultural. Sendo a língua um dos sistemas semióticos que constituem uma cultura, reescrever um texto nas bases de outro sistema linguístico significa, antes de qualquer coisa, inseri-lo em outro *contexto de cultura* (MALINOWSKI, 1923).

Por essa razão, a reflexão que propomos a seguir busca posicionar a tradução e o processo tradutório nos termos da teoria funcional, a fim de estabelecer pontos de contato entre os Estudos da Tradução e a LSF de modo a auxiliar nas pesquisas desenvolvidas em ambas as áreas de investigação. Pensamos, com isso, poder indicar uma metodologia para a análise de textos traduzidos que visa desde a avaliação do trabalho realizado pelo tradutor ao estudo comparativo entre traduções.

Falar de tradução é propor-se a contemplar o objeto texto pela sua natureza discursiva, a qual, por sua vez, coloca a prática tradutória nas condições do diálogo. O texto-alvo – isto é, o texto da tradução – é, nesse sentido, resultado de uma interação social particular. Por conseguinte, abordaremos a seguir a noção sistêmica de texto a fim de refletir acerca do fenômeno tradutório nos termos que Halliday (1985) denomina *produto e processo*.

De acordo com o autor, abordar o texto do ponto de vista do produto é considerá-lo como “um *output*, algo que possa ser [...] estudado, possuindo certa construção que pode ser representada em termos sistêmicos” ao passo

1 Todas as citações de bibliografia de língua estrangeira são traduções nossas.

que abordá-lo do ponto de vista do processo é considerá-lo como um “processo contínuo de escolha semântica, um movimento através da rede de potencial de significado, onde cada conjunto de opções constitui o ambiente para um novo conjunto” (HALLIDAY, 1985, p. 10).

Isso posto, propomos, de um lado, considerar o texto-alvo como produto com a intenção de analisar seu padrão semântico, a fim de identificar o que esse texto que é uma tradução *faz* na sua condição de linguagem em uso – qual a natureza da prática social que realiza, da conexão entre os participantes da troca de significados que estabelece, e do meio de comunicação da mensagem que transmite; nesse momento, aproximaremos a tradução à noção hallidayana de *registro* (HALLIDAY, 1978). Por outro lado, propomos considerar o texto da tradução como processo a partir da sua condição de diálogo, cujos sentidos são construídos intersubjetivamente entre os membros de uma cultura, isto é, “uma instância de significado social” (HALLIDAY, 1985, p. 11) que o caracterize em relação à linguagem como um todo; nesse momento, aproximaremos a tradução à noção hallidayana (1977) de *gênero discursivo*.

Para tanto, contextualizamos as noções de gênero e registro na teoria sistêmico-funcional de modo a apontar elementos que permitem uma abordagem do objeto tradução que dê conta da função social por trás de toda prática tradutória. Após, relacionamos essas noções à tradução tomada como processo discursivo e como produto de um processo discursivo.

À luz de exemplos, nossa hipótese é a de que a constituição do que chamaremos de “registro da tradução” pode classificar as escolhas do tradutor à medida que preenche o contexto situacional no qual a tradução se insere, possibilitando, assim, acesso às funções sociais que esse texto desempenha através da linguagem utilizada pelo tradutor. Desse modo, o registro da tradução pode compor uma importante ferramenta para o estudo comparativo entre traduções.

De maneira semelhante, a partir de nossa experiência como tradutoras, oferecemos uma definição da prática tradutória que dialogue com os princípios da LSF. Assim, a partir da elaboração de um quadro global de referência da tradução como produto, propomos uma imagem da estrutura potencial que a tradução constitui como gênero discursivo. Adotamos, nesse ponto, a hipótese de que a tradução é, em si, um gênero do discurso que estabelece uma estrutura particular que a configura como tal. Essa estrutura aponta para as “fases” da tradução como um processo sociocultural de formação de sentido.

Objetivamos, com isso, oferecer subsídios para o estudo da tradução enquanto meio de troca de significados regidos pelo contexto cultural, o qual delimita o que é e o que não é uma tradução, além de mapear as variáveis que a contextualizam, auxiliando, assim, na análise do texto como processo social.

Para satisfazer nossos objetivos, este artigo está organizado em três seções. Na primeira, apresentamos as reflexões hallidayanas (1978/1985) acerca das noções de gênero e registro, posicionando-as uma em relação à outra e em relação aos contextos de situação e de cultura de modo a não definir outra coisa que não suas relações com o texto. Na segunda, desenvolvemos uma reflexão acerca da possibilidade de se abordar o texto da tradução em relação ao seu contexto de situação. Em seguida, já na terceira seção, propomos um quadro de referência para a tradução como registro; por fim, consideramos o registro da tradução para a elaboração de uma estrutura genérica para o processo tradutório de modo a caracterizar a tradução como gênero discursivo.

RELAÇÕES ENTRE REGISTRO E GÊNERO DISCURSIVO

A LSF tem como ponto de partida a premissa saussuriana de que a linguagem é um fato social, isto é, pela perspectiva do sujeito falante a linguagem se dá exclusivamente mediante o intercâmbio de sentidos entre os indivíduos. Desse modo, a linguagem é definida como um potencial de significados (HALLIDAY, 1978, p. 109) que se configura na forma de textos, os quais podem ser orais ou escritos, uma vez que, para os propósitos da LSF, a noção de texto refere-se a qualquer instância de uso da língua que ofereça significado.

Nesse sentido, o texto é, antes de qualquer coisa, uma unidade semântica (HALLIDAY, 1985, p. 10); à medida que significa através da linguagem, o texto cumpre seu papel social. Uma unidade semântica é o reflexo da configuração da língua em discurso num determinado contexto. A relação entre texto e contexto se faz, então, paradoxal: o segundo pressupõe o primeiro na mesma medida em que este caracteriza aquele. Todo texto nasce num contexto social, numa situação, a qual, por sua vez, revela-se na análise textual.

Por conseguinte, o contexto de situação desempenha um papel primordial na teoria funcional, porque se apresenta como fator determinante do texto que é seu objeto. Os sentidos trocados através do texto são emergentes do contexto situacional no qual a linguagem integra os indivíduos, cada qual desempenhan-

do um papel social particular. Assim, em última instância, dizemos que o texto é em si uma troca social de significados (HALLIDAY, 1985, p. 11).

Se subjacente ao texto há sempre um contexto, isto é, uma situação, o que subjaz ao contexto? De acordo com Halliday (1985, p. 6), a indicação está na cultura:

[...] em qualquer tipo de interação linguística, em qualquer tipo de troca verbal, não estão apenas envolvidos os sinais e sons que lhe são circundantes, mas também toda a história cultural por trás dos participantes e por trás do modelo de práticas nas quais os participantes estão engajados [...] Tudo isso desempenha um papel na interpretação do sentido.

Na citação acima, Halliday refere-se ao que Malinowski chamou de contexto de cultura. A cultura representa a realidade social, isto é, um construto semiótico ao qual a linguagem se integra. Dessa maneira, abordar a linguagem como semiótica social nada mais é do que interpretá-la a partir de um contexto sociocultural.

Isto posto, temos o texto – ou seja, uma unidade de interpretação – atrelado a um contexto de situação particular que representa o seu ambiente; todo contexto de situação está inserido em um conceito mais amplo denominado contexto de cultura, conforme ilustrado na Figura 1.

Figura 1 – Relações entre texto (linguagem) e contexto



Fonte: Adaptado de Richardson, 1994, p. 124.

Dessa perspectiva, o contexto de situação se caracteriza pela noção de *registro* e o contexto de cultura está relacionado à noção de *gênero discursivo* (EGGINS; MARTIN, 1997). O registro é uma configuração semântica determinada de acordo com o uso da linguagem, ou seja, diz respeito ao que Halliday (1978, p. 111) chamou de “potencial de significado disponível em um dado contexto social”. O autor acrescenta que o conceito de registro está relacionado às funções que a linguagem desempenha através do sistema semântico – nesse sentido, o termo “função” pode ser substituído por “uso” – representadas no texto por três variáveis que influenciam diretamente a sua construção. São elas:

- a) o *campo*, que designa o tema e o tipo de atividade social que o texto realiza e, para tal, seleciona os significados da ordem do ideacional nele contidos;
- b) as *relações*, que se refere aos participantes do ato enunciativo e as relações entre eles, selecionando os significados interpessoais;
- c) o *modo*, que designa o meio ou o canal de comunicação através do qual a linguagem se organiza de tal modo a desempenhar um papel particular e que está relacionado aos significados textuais.

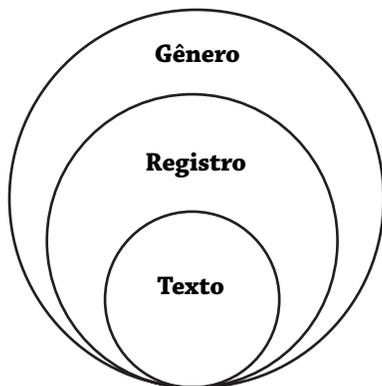
Halliday (1978) explica que a combinação entre essas três variáveis resulta em diferentes tipos de registro; os três tipos de significados cada qual referido por uma dessas variáveis apresenta um segundo nível de análise do texto, que não se dá mais no plano situacional, mas no plano semântico por meio das metafunções *ideacional*, *interpessoal* e *textual* ligadas às variáveis de campo, relações e modo, respectivamente.

Dessa maneira, o registro funciona como um conceito mediador que possibilita estabelecer uma continuidade entre o texto e seu ambiente sociosemântico à medida que se apresenta como a “variedade semântica da qual um texto em particular é uma instância” (HALLIDAY, 1978, p. 110).

Assim como o contexto de situação se insere num contexto cultural, o registro relaciona-se a uma estrutura genérica particular que, dentre outros fatores, caracteriza um texto como tal. De acordo com Halliday (1978), ao passo que

o registro representa o conjunto de funções *semânticas* particulares a um texto, o gênero representa as funções *semióticas* específicas que determinam o valor social que um texto denota na cultura. Nesse sentido, o gênero é um conceito extralinguístico à medida que se projeta em uma estrutura semiótica de nível superior (HALLIDAY, 1977); ao mesmo tempo em que todo contexto situacional se enquadra em uma estrutura cultural, todo discurso se enquadra em uma estrutura de gênero. Por essa razão, gênero e registro são tratados pela LSF como conceitos interligados que se relacionam ao texto conforme ilustrado na Figura 2.

Figura 2 – Relações entre texto (linguagem), registro e gênero



Fonte: Adaptado de Martin, 2001, p. 156.

A TRADUÇÃO À LUZ DA NOÇÃO DE REGISTRO

Conforme explicitado, a tradução – como qualquer texto na concepção da LSF – é, antes de tudo, linguagem em contexto. De acordo com Matthiessen (2001, p. 111), a tradução pode ser pensada a partir de uma série de ambientes que podem variar do mais global ao mais local; tais ambientes integram o objeto da prática tradutória: “a linguagem-em-contexto que serve como ‘fonte’, e a linguagem-em-contexto que serve como ‘alvo’”.

Além disso, o autor aponta para o fato de que o que deve ser entendido por tradução intersemiótica entre sistemas linguísticos é que “traduzimos *textos* de uma língua para textos em outra língua; mas não traduzimos uma *língua* para outra língua” (MATTHIESSEN, 2001, p. 87, grifos do autor). Isso significa

dizer que o objeto real da tradução não é a língua, mas o discurso; em outras palavras, é a *fala* o que se traduz, uma construção semântica intersubjetiva relacionada a um contexto situacional particular. Para Matthiessen (2001, p. 91), esse contexto apresenta padrões linguísticos contextualizados cuja significação “pode ser caracterizada em relação às variáveis de campo, relações e modo” – é o que chamamos anteriormente de “potencial de significado disponível” e o que Matthiessen (2001) chama de “subpotencial” ou, finalmente, “registro”.

Matthiessen sugere pensar para a prática tradutória o registro como um quadro de referência (*frame of reference*) à medida que o registro

(...) disponibiliza informações relevantes para o processo tradutório ao reduzir significativamente o espaço [rede de opções] que deve ser pesquisado para uma tradução adequada, e ao oferecer uma ‘compilação’ das estratégias semânticas apropriadas ao contexto da tarefa em questão (MATTHIESSEN, 2001, p. 93).

Por exemplo, se a tarefa é traduzir um informativo da área da saúde do inglês para o português, tomando o registro como referência, o tradutor pode selecionar suas escolhas a partir de uma rede de opções limitada aos subsistemas relevantes para o contexto de situação (isto é, os subsistemas de informativo de saúde em inglês e em português). Para ilustrar, tomamos como exemplo o informativo de um medicamento de uso comum para dores simples como a de cabeça, onde se lê, no exemplar que serve de texto-fonte, o seguinte: *It does not affect kidney function the way that non-steroidal anti-inflammatory drugs like aspirin and ibuprofen can.*² Nesse caso, a variável campo – informativo de remédio – e a variável relações – relação hierárquica: médico ou empresa de remédio (especialista) e paciente (leigo) – direcionam o tradutor à escolha de palavras como “medicamentos” ou “remédios” como o equivalente português do emprego de “drugs”; se a variável campo fosse “artigo/ensaio de biomedicina”, a variável relações exprimiria uma relação não hierárquica entre especialistas, possibilitando, por exemplo, a escolha do tradutor para o equivalente “drogas” sem risco de estranhamento.

2 Fonte: Adaptado de <http://www.tylenol.com/safety-dosing/health-conditions/kidney-disease>, acessado em 22 de junho de 2015.

Do mesmo modo, também é possível que uma tradução corresponda a um registro distinto do original. Nas palavras de Matthiessen (2001, p. 94), “registros aparentemente similares podem apresentar valores contextuais distintos em diferentes línguas e, nesse sentido, desenrolar estratégias semânticas diferentes”. Considere, a exemplo, um palestrante que conclui sua palestra com a frase: *You are a great audience*. Se o tradutor-intérprete opta por traduzir o pronome de tratamento “you” para “os senhores”, pode exprimir certo distanciamento entre o palestrante e os ouvintes, o que não ocorre na escolha da tradução para o pronome pessoal “vocês”. Nesse caso, fica claro que as possibilidades “os senhores” e “vocês” não exprimem equivalência de valor semântico.

Pela mesma razão, traduções diferentes de um mesmo texto para a mesma língua podem resultar em registros distintos devido à variação semântica existente entre as diferentes orientações de codificação dentro de uma mesma língua, como resultado, por exemplo, do uso de estratégias semânticas particulares que resultam em efeitos de sentido diversos (HASAN, 1996). A escolha tradutória de “you” para “os senhores”, por exemplo, expande os elementos da frase ao acrescentar o artigo “os” o qual, por sua vez, orienta para a definição do gênero masculino no emprego do tratamento “senhores” – o que não ocorre em “vocês” – causando alteração no conteúdo semântico ao partir de um sentido mais genérico a um mais específico. Chesterman (1997) define a expansão de elementos na frase e a mudança de conteúdo através das estratégias tradutórias de “modificação na distribuição” e “hiponímia”, respectivamente.

Portanto, o uso diferenciado de estratégias de tradução pode reorganizar a relação hierárquica da variável papel entre os participantes, gerando um registro particular. Não obstante, o que permite que um texto seja ainda reconhecido como uma tradução não é somente uma análise a nível situacional, mas também semântico. Via de regra, a metafunção ideacional do texto-fonte, isto é, o significado relacionado ao conteúdo da mensagem, deve estar presente no texto-alvo, ou seja, o que se espera primordialmente de uma tradução é que mantenha correspondência com o tema e o tipo de atividade social que o seu texto-fonte realiza. De acordo com Halliday (2001, p. 16), a equivalência entre o texto original e a tradução é definida nos seguintes termos: “se um texto não condiz ideacionalmente com seu texto-fonte, não se qualifica como uma tradução”.

Em contrapartida, não raro o que ocorre é não perceber na análise da tradução equivalência entre os significados interpessoais e textuais de seu texto-

-fonte. Comumente, há conflito entre os agentes que participam da construção de sentido no texto-alvo e no texto-fonte e, conseqüentemente, a linguagem envolvida em ambas as situações desempenha em cada uma delas um papel próprio. A crítica, nesse caso, exige do tradutor o que Halliday (2001, p. 16) chamou de “função equivalente ao original no contexto de situação”.

Dessa maneira, as escolhas do tradutor que constituem o registro da tradução são o resultado de uma recontextualização cultural, atividade que é inerente ao processo tradutório e pressupõe a recontextualização situacional. Possivelmente, essa é a razão pela qual as variáveis semânticas de papel e modo se alteram no caminho do texto-fonte ao texto-alvo. Assim, tomar a tradução como produto nos termos da LSF é tomá-la como produto de um ambiente que lhe é particular e que reflete um processo contínuo de escolhas semânticas que trespassam as redes de opções que constituem o sistema semiótico da língua.

Por esse motivo, acreditamos que uma análise comparativa entre traduções possa se servir amplamente da noção de registro. Através das variáveis de campo, relações e modo, a LSF pode evidenciar em que pontos traduções distintas de um mesmo texto se aproximam e se distanciam do texto-fonte e entre si. O contexto de situação particular a cada tradução categoriza as escolhas do tradutor em relação à função social que o texto desempenha através da linguagem, oferecendo subsídios para estudar de que forma o tradutor se relaciona com o seu interlocutor, o que também fornece bases para analisar a construção intersubjetiva de sentido no processo tradutório do qual cada tradução é o produto.

A TRADUÇÃO À LUZ DA NOÇÃO DE GÊNERO DISCURSIVO

Segundo Halliday (1977), a estrutura genérica de um texto é a forma que o texto adquire enquanto um exemplar do gênero no qual se insere. De acordo com Hasan (1985, p. 56), as variáveis campo, relações e modo, descritas na seção anterior, formam a configuração contextual (CC) de um texto, isto é, um quadro global de referência, que possibilita “fazer previsões sobre a estrutura de um texto”. A CC permite inferir aspectos da estrutura genérica de um texto, porque compreende o conjunto específico de valores que realiza as variáveis contextuais, às quais se constituem através dos significados que lhe são associados na atividade social que o texto desempenha (HASAN, 1985).

Por essa razão, o propósito de desenvolver uma reflexão acerca da tradução como gênero discursivo demanda a constituição de uma configuração contextual da tradução; ou seja, é necessário definir as variáveis que determinam uma estrutura genérica para a tradução. Nesse momento, trabalharemos com a hipótese de que preencher a CC daquilo que passaremos a chamar de “gênero *tradução*” permite fazer previsões acerca de todo exemplar que possa ser considerado uma tradução.

Para tanto, nos limitaremos a nossa experiência profissional como tradutoras. Dessa maneira, os dados que serviram de *corpus* para análise da linguagem da tradução pelo viés funcionalista constituem anos de nossa experiência com a prática tradutória no curso de bacharelado em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Participando das disciplinas teóricas e práticas de tradução, atendemos a uma grande demanda de traduções do português para o inglês desde 2008. Dentre as traduções realizadas nesse ínterim, acham-se desde artigos científicos até textos de natureza literária, cada qual situado em um contexto particular inserido em determinada cultura. Contudo, nosso objetivo não é analisar cada tradução realizada a partir de seu contexto de situação e/ou de seu contexto de cultura para, então, caracterizar uma tradução específica em relação ao seu acontecimento. Trata-se, por outro lado, de constatar que o registro da tradução *per se* como resultado do contexto específico de situação na qual uma tradução pode ocorrer fundamenta uma estrutura genérica para a prática tradutória como uso da linguagem.

Assim, a partir de nossa enriquecida experiência, propomos-nos a estabelecer uma configuração contextual para o processo tradutório de forma a descrever as variáveis campo, relações e modo para o texto-alvo que serve de produto para esse processo. Isso permite sugerir uma *estrutura potencial de gênero* (HASAN, 1985) para a tradução tomada no âmbito de uma teoria funcional do gênero discursivo, que possibilita classificar, também, os estágios que dizem respeito aos elementos obrigatórios e aqueles que dizem respeito aos elementos opcionais da tradução como processo social de troca de significados.

Tendo em vista nossa proposta, o quadro que apresentamos a seguir objetiva poder esclarecer: a) a atividade social realizada no gênero *tradução*, seu conteúdo e objetivo; b) os participantes do gênero *tradução* e a relação entre eles; c) o papel da linguagem no contexto da tradução e o meio e canal de

transmissão. Em última análise, esse quadro referencial pode figurar-se como uma espécie de “configuração semântica global” do objeto tradução e visa a introduzir uma abordagem sistêmica do processo tradutório.

Quadro 1 – Configuração contextual da tradução

| Configuração contextual da tradução |
|--|
| <p>Campo: Atividade social envolvida: mapeamento – isto é, transformação – (MATTHIESSEN, 2001) de significados a nível léxico-gramatical, semântico e contextual; processo intersemiótico de (re)construção de sentido; conteúdo: descrição de uma leitura (de uma interpretação); objetivo: informar o conteúdo do texto fonte para leitores/ouvintes que não têm competência na língua fonte.</p> <p>Relações: Agentes: “tradutor” (locutor) e “público leitor” ou “plateia ouvinte” (interlocutores) do gênero tradução; relação hierárquica – tradutor possui certo conhecimento interlinguístico que o coloca em posição superior em relação a seu(s) interlocutor(es).</p> <p>Modo: Papel da linguagem: constitutivo (MOTTA-ROTH e HEBERLE, 2005); canal: gráfico ou fônico; processo dialógico – troca de significados entre o locutor e a imagem que se faz do interlocutor; meio: escrito para ser lido ou falado.</p> |

Fonte: Adaptado de Motta-Roth e Herbele, 2005, p. 17.

Conforme explicitado, essas variáveis contextuais permitem formular uma ideia de contexto a partir da atividade humana mediada por uma tradução. A configuração semântica global da tradução que acabamos de sugerir pode ser sistematizada no que Hasan chamou de estrutura potencial de gênero (EPG) e que tem por objetivo “dar conta do leque de opções de estruturas esquemáticas específicas potencialmente disponíveis aos textos de um mesmo gênero” (MOTTA-ROTH; HEBERLE, 2005, p. 19). Dessa maneira, uma EPG tem como pressupostos as variáveis contextuais e “se constitui, portanto, na expressão verbal de uma CC e, como tal, depende de determinado conjunto de valores associados a campo, relação e modo” (MOTTA-ROTH; HEBERLE, 2005, p. 19).

Assim sendo, a CC da tradução resulta em uma EPG que prevê a interpretação e descrição intersemiótica de um texto através de uma interação dialógica – do ponto de vista enunciativo (BENVENISTE, 1995) –, conforme representada no Quadro 2.

Quadro 2 – Estrutura potencial do gênero *tradução*

| EPG do gênero tradução |
|--|
| Leitura/Interpretação de um texto numa língua fonte > Decodificação > Definição do interlocutor > Produção de um texto numa língua alvo. |

Fonte: Adaptado de Motta-Roth e Heberle, 2005, p. 18.

A EPG do gênero *tradução*, conforme ilustrada, representa a atividade social envolvida no processo tradutório onde cada estágio “é um elemento na estrutura dessa atividade” uma vez que cada estágio desempenha um papel na “realização e finalização” (MOTTA-ROTH; HEBERLE, 2005, p. 19) do processo tradutório.

A EPG do gênero *tradução* e o contexto de situação no qual ela se constitui estão interligados. As variáveis de campo, relações e modo que contextualizam o gênero *tradução* oferecem pistas que podem orientar o analista para a compreensão dos significados do texto em função da sua EPG. De acordo com Motta-Roth e Heberle (2005), também é possível fazer o caminho inverso: os elementos do texto traduzido apontados pela EPG do gênero *tradução* e a ordem em que se realizam correspondem a traços específicos do contexto de situação.

Os elementos representados na EPG do gênero *tradução* (Quadro 2) são basilares de qualquer texto da configuração contextual da tradução (Quadro 1) e, por esse motivo, são definidores desse gênero. Isso significa que a leitura/interpretação de um texto numa língua fonte acompanhada da decodificação dos signos linguísticos nele dispostos e seguida da produção de um texto em uma língua-alvo mediante a definição prévia de um interlocutor são, para nós, movimentos obrigatórios para se construir um texto que possa ser reconhecido como uma tradução do ponto de vista sociocultural. Há ainda movimentos que podem ou não participar da construção de um texto desse gênero – como, por exemplo,

pesquisa/consulta, criação de TM³/glossário, revisão, edição, entre outros – sendo chamados de “elementos opcionais” (HASAN, 1989, p. 61). Isso significa que a inserção desses elementos no processo tradutório não alteram as condições para o gênero *tradução*.

Ressaltamos ainda que tradutores diferentes podem adotar estratégias semânticas distintas nas fases de interpretação, definição do interlocutor e descrição da leitura (interpretação) de um mesmo texto-fonte, levando à seleção de significados ideacionais, interpessoais e textuais particulares, gerando registros diversos. Isso ocorre em razão da “variação semântica” (MOTTA-ROTH; HEBERLE 2005, p. 25) entre os dois exemplares da EPG do gênero *tradução*, atualizando-a e fazendo com que a escrita do texto-alvo apresente valor diferente em cada exemplo.

Em última análise, essas considerações indicam não apenas uma justificativa para os diferentes registros relacionados a um só gênero – nesse caso, a tradução – como também apontam para a possibilidade de um texto traduzido apresentar variáveis contextuais que o configurem, do ponto de vista semântico, diferentemente do original.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Interessa-nos, por fim, articular um breve fio condutor à perspectiva teleológica de análise dos gêneros textuais (MARTIN, 1992), a qual também se desenvolve sob a luz dos trabalhos de Halliday (1985) e Matthiessen (2001). Pelo viés dessa perspectiva, um gênero é definido em relação aos fins a que se propõe e, conseqüentemente, em relação aos estágios que passa para atingi-los. Entretanto, essa definição de gênero lhe imprime a propriedade de variar de acordo com o contexto da atividade social que representa, uma vez que o gênero é realizado linguisticamente segundo os significados ideacionais, interpessoais e textuais selecionados pelas variáveis de campo, relações e modo, respectivamente.

3 Uma TM (*translation memory*) é uma base de dados que armazena segmentos do texto de partida e seus equivalentes na língua de chegada para auxiliar tradutores. As memórias de tradução são normalmente criadas e utilizadas como recurso em ferramentas de tradução assistidas por computador (*CAT Tool*, em inglês).

Essas afirmações vão ao encontro da noção de tradução compreendida como processo social, a qual buscamos construir pelo viés da teoria sistêmico-funcional, à medida que através da EPG do gênero *tradução* é possível identificar, conforme explicitado, estágios específicos da natureza da atividade social envolvida no processo tradutório de modo a refletir as finalidades dessa atividade. Procuramos mostrar, além disso, que um mesmo texto-fonte pode gerar traduções construídas em contextos situacionais diversos que movimentam diferentes padrões semânticos sem deixar de constituir realizações do mesmo gênero, evidência que vai ao encontro da ideia teleológica de que o gênero sofre modificações de acordo com as interações nas quais ocorre.

Sugerimos, a exemplo disso, uma EPG do gênero *tradução* ao observar elementos comuns a práticas tradutórias variadas. No entanto, cada tradução é realizada em uma dada situação que lhe é particular cujas diferenças referentes às relações entre os participantes, o tema e a forma como ele está representado pela linguagem apontam para diferentes realizações desse gênero. Ou seja, toda tradução é única porque se caracteriza como um discurso instanciado de maneira específica para um fim também específico, ao mesmo tempo em que todas as traduções são reconhecidas como tal em função dos aspectos comuns a todo processo tradutório.

Em suma, na perspectiva da relação entre registro e gênero, toda tradução realiza simultaneamente mais de um significado à medida que “os textos variam não só de acordo com o contexto imediato de produção [...] como também em termos de sua organização em estágios” (VIAN JR e LIMA-LOPES, 2005, p. 37) de modo que as escolhas léxico-gramaticais representadas no registro, juntamente com a forma como forem dispostos os elementos opcionais e obrigatórios da EPG do gênero *tradução*, constituirão uma configuração textual própria.

Ao distinguir a tradução como produto e processo relacionando-a às noções de registro e gênero, respectivamente, procuramos explicar, pelo viés da LSF, o fenômeno que se observa nas diferentes formas que uma tradução pode apresentar no seu desenvolvimento – seja na análise comparativa entre traduções de um mesmo texto-fonte, seja na comparação entre um texto-alvo e seu texto-fonte – pela realização de elementos específicos do contexto de cultura na qual se insere e do contexto de situação que a constitui.

REFERÊNCIAS

BENVENISTE, É. **Problemas de linguística geral I**. 4. ed., Trad. Maria da Glória Novak e. Maria L. Néri. Campinas, São Paulo, 1995.

CHESTERMAN, A. **Memes of translation**: The spread ideas in translation theory. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamin's Publishing Company, 1997.

EGGINS, S.; MARTIN, J. R. Genres and registers of discourse. In VAN DIJK, T. A. **Discourse as structure and process**. London: Stage Publication, p. 230-256, 1997.

FIRTH, J. R. The Technique of Semantics. In **Transactions of the Philological Society**. United Kingdom: Blackwell Publishing, v. 34, n. 1, p. 36-73, 1935.

HALLIDAY, M. A. K. The linguistic basis of a mechanical thesaurus, and its application to English preposition classification. In **Mechanical Translation**, 1956.

_____. Linguistics and machine translation. In **Zeitschrift fuer phonetik, sprachwissenschaft und kommunikationsforschung**, v. 15, 1962.

_____. Text as Semantic Choice in Social Contexts In **Grammars and Descriptions**, Berlin/ New York: de Gruyter. p. 176-225, 1977.

_____. **Language as social semiotic**: The social interpretation of language and meaning. London: Edward Arnold, 1978.

_____. Part A. In HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. **Language, context, and text**: aspects of language in a social-semiotic perspective. Oxford: Oxford University Press, 1985.

_____. Language theory and translation practice In **Rivista internazionale di tecnica della traduzione**. Campanotto Editore, n. 0, 1992.

_____. Towards a theory of good translation In STEINER, E; YALLOP, C. (eds.). **Exploring translation and multilingual text production**: beyond content. Berlin and New York: Mouton de Gruyter, 2001, p. 13-18.

HASAN, R. Part B. In HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. **Language, context, and text: aspects of language in a social-semiotic perspective**. Oxford: Oxford University Press, 1985.

_____. **Ways of saying, ways of meaning**. London: Cassell (Open Linguistics Series), 1996.

MALINOWSKI, B. The problem of meaning in primitive languages. In OGDEN, C. K.; RICHARDS, I. A. **The meaning of meaning**. London: Kegan Paul (International Library of Psychology, Philosophy and Scientific Method), 1923.

MATTHIESSEN, C. M. I. M. The environments of translation. In STEINER, E; YALLOP, C. (eds.). **Exploring translation and multilingual text production: beyond content**. Berlin: Mouton de Gruyter, pp. 41-124, 2001.

RICHARDSON, P. Language as Personal Resource and as Social Construct: competing views of Literacy Pedagogy in Australia. In FREEDMAN; MEDWAY (Orgs.). **Learning and teaching genre**. Portsmouth, NH: Boyton/ Cook Publishers, 1994.

MARTIN, J.R. **English text: systems and structure**. Philadelphia; Amsterdam: JohnBenjamins, 1992.

_____. Language, register and genre. In BURNS, A.; COFFIN, C. (Eds.). **Analysing English in a global context: a reader**. London: Routledge/ Macquarie University/The Open University, pp. 149-166, 2001.

MOTTA-ROTH, D.; HEBERLE, V. M. O conceito de “estrutura potencial do gênero” de Ruqayia Hasan. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.) **Gêneros: teorias, métodos e debates**. São Paulo, SP: Parábola Editorial, v. 1, pp. 12-28, 2005.

TRAVAGLIA, N. G. **Tradução retextualização: a tradução numa perspectiva textual**. Uberlândia: EDUFU, 2003.

VIAN JR, O.; LIMA-LOPES, R. E. A perspectiva teleológica de Martin para a análise dos gêneros textuais. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, p. 29-45, 2005.